

VERA MALÁKHOVA E A IGUALDADE CONVENIENTE NA GRANDE GUERRA PATRIÓTICA

**Vera Malakhova and the convenient equality in the
Great Patriotic War**

Vera Malájova y la igualdad conveniente en la Gran Guerra Patria

Thaiz Carvalho Senna¹

Resumo:

Em uma conjuntura de guerra pioneira em que 1 milhão de mulheres foram ao front militar, o presente capítulo analisa a questão da igualdade entre homens e mulheres no front soviético da Grande Guerra Patriótica (1941-1945), a partir da análise de uma entrevista de história oral com uma médica veterana, Vera Malákhova, bem como a comparação com outras fontes análogas, visto que esse corpus consegue explicitar aspectos que fontes formais e oficiais em geral invisibilizam. Para isso, usufrui-se, dentre outras, da Teoria da Reprodução Social.

Palavras-chave: Veteranas soviéticas. Segunda Guerra Mundial. Teoria da Reprodução Social.

Abstract:

In a pioneering conjuncture of war in which 1 million women went to the military front, the present chapter analyzes the question of equality between men and women on the Soviet military front of the Great Patriotic War (1941-1945), from the analysis of an oral history interview with a veteran doctor, Vera Malakhova, as well as the comparison with other analogous sources, seen that this corpus manages to explicate aspects that formal and official sources in general invisibilize. For this, it uses, amongst others, Social Reproduction Theory.

Keywords: Combat women. World War II. Social Reproduction Theory.

Resumen:

En una coyuntura pionera de guerra en que 1 millón de mujeres fueron al frente militar, el presente capítulo analiza la cuestión de la igualdad entre hombres y mujeres en el frente militar soviético de la Gran Guerra Patria (1941-1945), a partir del análisis de una entrevista de historia oral con una médica veterana, Vera Malákhova, así como la comparación con otras fuentes análogas, visto que este corpus consigue explicitar aspectos que fuentes formales y oficiales en general invisibilizan. Para ello, se usufructúa, entre otras, de la Teoría de la Reproducción Social.

Palabras clave: Mujeres combatientes. Segunda Guerra Mundial. Teoría de la Reproducción Social.

Em todas as guerras, mas, sobretudo, nas guerras totais, as mulheres participaram dos múltiplos fronts que possibilitaram fossem vitórias, fossem derrotas. Na Segunda Guerra Mundial, as mulheres estiveram nas indústrias que produziam armas, balas, tanques e todo o restante necessário para o combate e para a vida; semearam, plantaram e colheram a alimentação tanto do front militar quanto dos outros; estiveram no front político-discursivo, fosse como sujeitos-oradores, fosse como representações em propagandas que clamavam aos soldados que se alistassem, que matassem, que não desissem; participaram ainda mais do trabalho reprodutivo social - isso é, realizaram todas as tarefas necessárias para o trabalho produtivo e militar, tais como cozinhar, alimentar, lavar, passar, limpar, vestir, realizar cuidados físicos e psicológicos, nas casas, nos ambientes públicos ou nas frentes de batalha.

Na União Soviética, as mulheres estiveram presentes também na frente militar - e, de forma excepcional - enquanto combatentes. Mulheres resistindo aos fascistas em suas vilas e bairros, partisans e guerrilheiras faziam-se presente nos países ocidentais. Todavia, apenas na república que produziu a Revolução Socialista, elas foram treinadas em forças armadas oficiais para combater usando armamentos. Mesmo lá, elas tiveram que “lutar para lutar”, visto que que não puderam se alistar oficialmente até 1942. O massacre inicialmente experimentado pelos soviéticos desde a invasão nazista, bem como a tentativa de emancipar as mulheres e promover a igualdade entre os gêneros - produzida por esses sujeitos por meio do Estado revolucionário entre 1917 e 1930² - colaboraram para essa excepcionalidade.

Das cerca de 1 milhão de mulheres no front militar, 319.980 estava em combate (MARWICK, CARDONA, 2012, p. 150). A grande maioria estava em funções de reprodução social, especialmente os ligados à cura, tendo essas sido convocadas desde a proclamação da

guerra. Dessas, pouco menos da metade eram cirurgiãs e médicas, pouco mais da metade eram médicas assistentes e cem por cento das mulheres eram enfermeiras, “o rosto feminino aceitável da União Soviética em guerra” (MARWICK; CARDONA, 2012, p. 56).

Segundo a Teoria da Reprodução Social (TRS), o trabalho reprodutivo seria a manutenção e reprodução da vida, em nível diário e geracional, isso é, a forma na qual o trabalho físico, emocional e mental necessário para a produção da população é socialmente organizado: por exemplo, preparo da comida, educação dos jovens, cuidado dos idosos e doentes, assim como as questões domésticas e todo caminho até as questões de sexualidade (ARRUZZA, 2015, p. 55). Do parto ao cuidado de idosos e idosas, assim, há trabalhos que em geral não são sequer considerados como tal – e quando pagos, mal pagos – que são essenciais ao trabalho produtivo e, aqui poderíamos também dizer, ao destrutivo. A TRS é, originalmente pensada para sociedades capitalistas. Aqui, no bojo de outras (como SILVA, 2018) estamos aplicando-a em uma sociedade pós-capitalista ou de transição, já que também nela, sem esse conjunto de trabalho realizado e em geral não pago³ - majoritariamente por mulheres - não é possível haver produção, inclusive a produção da morte e a produção da vitória.

Como afirma as pensadoras da TRS, “o lar não é o único local de reprodução da força de trabalho” (FERGUNSON, 2020, p. 114) A reprodução também é realizada em “campos de trabalho, quartéis, orfanatos, hospitais, prisões” (VOGEL, 1983, p. 156) e, poderíamos acrescentar, frentes de batalha. Assim, vê-se que, tal como o trabalho de reprodução social tradicionalmente realizado antes da guerra (o de cuidar, seja de forma paga ou não) estava sendo realizado por essas mulheres no front. Apesar da mudança de lugar físico – o que não é, claro, ignorável –, o lugar simbólico, bem como a hierarquia nele presente, permaneceu o mesmo, ainda que com diferenças entre as funções exercidas. Neste artigo, analisaremos uma entrevista de história oral feita com a médica veterana da GGP, Vera Malákhova, produzida pelas historiadoras Barbara Engel e Anastasia Posadskaya-Vanderbeck.

Vera Malákhova, nascida em 1919, formou-se em Medicina às vésperas da Grande Guerra Patriótica (GGP), em junho de 1941. Após Primeira Guerra, houve um incentivo, a fim de diminuir a escassez de pessoal médico qualificado e, ao mesmo tempo, legitimar a bandeira da emancipação feminina (MARKWICK; CARDONA, 2012, p. 57). Ademais, desde o primeiro Plano Quinquenal (1928-1932), houve um aumento da demanda do número de médicos, para manter a saúde e a produtividade da população e, por isso, as qualificações dos candidatos e o período de treinamento foram reduzidos (ENGEL; POSADSKAYA, 1998, p. 175). Assim, de 1917 a 1941, aumentou-se em 30% o número de médicas. Malákhova ingressou como estudante no contexto de expansão dos cursos, com dezenas de milhares de outros jovens, a maioria feminina (ENGEL;

POSADSKAYA, 1998, p. 175). No front militar, Vera era médica assistente. Seu chefe direto era um médico sênior – posição de supervisão e administração, majoritariamente masculina. Considerando o status que a Medicina ainda detinha, percebe-se aqui uma política que ao mesmo tempo era pragmática ao Estado e positiva às mulheres dando a elas oportunidades que antes eram mais raras. Observemos, nesse sentido, o questionamento das historiadoras e a respectiva resposta:

Sua mãe queria que você estudasse na universidade?

É claro, é claro. Você sabe o quanto as pessoas consideram os médicos! Em geral, famílias comuns como minha família - afinal, meu pai era trabalhador [manual] - realmente idealizavam professores e médicos. E então eu tive a chance de me tornar uma médica! Papai queria isso especialmente! Quando eu disse que todas as meninas decidiram se formar em Química e se matricularam no departamento de Química - quase todas, muitas delas, pelo menos metade, foram para o departamento de Química - ele disse: "Nenhum químico em nossa família; absolutamente não! Só médico para nós. A palavra de papai era lei. Mamãe também era a favor. (ENGEL; POSADSKAYA, 1998, p. 176).

Como se percebe, havia a idealização da profissão médica para as famílias comuns. Compreende-se, ainda, que o momento de transformação estava tão na ordem do dia que era possível um pai trabalhador desejar – e conseguir – que a filha, uma mulher, obtivesse uma profissão de status.

Também a guerra trouxe transformações. As recém-formadas em medicina eram obrigadas a servir na GGP, tal como todos os outros recém-formados. Segundo a veterana a maioria delas estavam ansiosas para isso, como é comum em relatos de veteranas soviéticas (por exemplo, em muitos dos relatos de *A Guerra não tem rosto de mulher*, da jornalista Svetlana Aleksiévitch (2014), movidas pelo patriotismo, romantismo e pelo antifascismo. Malákhova não demonstra ter tido animação, mas justificava como um dever a ser cumprido, como forma de gratidão pela formação: “O que havia para conversar? Nós nos formamos, eles nos deram nossos diplomas. Naturalmente era nosso dever ir para a frente.” (ENGEL; POSADSKAYA, 1998, p. 177).

Quando as entrevistadoras perguntam, a veterana indica que todos e todas que se formaram com ela foram para a frente: “Sim, claro. Nós éramos todos médicos; nós éramos médicos.” (ENGEL; POSADSKAYA, 1998, p. 177). O único aspecto que permitia não ir à guerra era o biológico: gravidez, invalidez – e, mesmo assim, era preciso ter capital social. No caso da diferenciação entre homens e mulheres, a única possível era relativa ao primeiro caso. Por um lado, isso coloca os dois gêneros praticamente em igualdade, se considerarmos que a grávida é resguardada não pelo cuidado com a criança, mas pela saúde de ambas as partes. Caso não fosse

assim, estar-se-ia atribuindo o trabalho de cuidar da criança apenas para a mãe – o que, à época, não era impensável. O mais provável era, porém, o viés biológico, considerando que, ao engravidar no front, segundo Malákhova, não se deixava que as mulheres partissem antes dos sete meses de gravidez, como ocorreu com alguns casos em seu pelotão – três mulheres engravidaram nele. Uma delas, Váletchka, era uma “sinaleira” e, mesmo grávida, “ela teve que carregar 10 quilos, se não mais, 10 quilos de arame enrolado em um carretel com base de ferro, e ela não apenas teve que carregá-lo, ela teve que colocá-lo, arrastando-o de companhia em companhia no batalhão!” (ENGEL; POSADSKAYA, 1998, p. 197). Em um relato de *A Guerra não tem rosto de mulher*, uma operadora de rádio que tivera um filho no front teve que sacrificar a criança após ela chorar em um momento em que o Exército Nazista estava à espreita (ALEKSIÉVITCH, 2015, p.25). Compreende-se, assim, que o Estado buscava livrar do front apenas em último caso – e esse seria relativo à incapacidade biológica, mas nem sequer em todos os casos. Nesse sentido, entendemos que havia uma proposta de igualdade, porém o foco maior era o benefício ao Estado e ao Exército – uma igualdade que parecia ser mais formal do que pensada nas desigualdades de cada um, isso é, se são todos iguais (homens, mulheres, mulheres grávidas), logo, todos podem igualmente ir ao front servir.

Figura 1: Vera Malákhova, 1945



Fonte: ENGEL; POSADSKAYA (1998, p. 213).

Vera Malákhova dá uma pista sobre o quanto os homens eram vistos de forma diferente das mulheres: “Na minha turma, havia principalmente mulheres, é claro. Muitos poucos homens. E quando a guerra começou, eles valiam seu peso em ouro.” (ENGEL; POSADSKAYA, 1998, p. 189). Muitos homens foram à guerra. 34,5 milhões (MARWICK; CARDONA, 2012, p. 150). Então, por haver poucos longe do front, eles seriam tratados de forma diferenciada. Mas o contrário não se aplica: havia muito menos mulheres que homens no front e, na representação de Malákhova, elas não tinham seu peso “valendo ouro”. Pelo contrário, mesmo onde eram a maioria, eles é quem em geral se destacavam:

Aqueles que sobreviveram ao dever de combate na frente subiram para fileiras muito altas. Fiquei espantada: eles se tornaram tenentes-coronéis, maiores, coronéis - no serviço médico, de curso. Sim.

Então eles foram promovidos?

Eles receberam promoções porque, na maioria das vezes, entraram em trabalho administrativo. Tivemos um certo Kostia, por exemplo. E até o final da guerra, esse Kostia já havia subido ao posto de tenente-coronel. Veja. No início, ele era o comandante de um batalhão médico. (ENGEL; POSADSKAYA, 1998, p. 190).

Apesar das especificidades, a distribuição do trabalho fora do front também se reproduzia nele. Isso é: apesar de haver mulheres em funções e cargos nunca antes vistos em todo o mundo, as funções de reprodução social consideradas menos importantes ainda eram majoritariamente realizadas pelas mulheres – e quando havia homens, estavam na chefia. Vera Malákhova conta como achou, sem querer, o trabalho realizado pelas lavadeiras – o que demonstra que eram trabalhos e sujeitos não visibilizados, muito diferente das gloriosas ações da linha de frente:

(...) perto de cada cabana havia uma banheira (...) Eu entrei. Bom Deus! Quantas meninas havia! Vestindo camisas militares surradas e desbotadas. As mãos delas - não posso descrevê-las! Suas mãos estavam em péssimas condições devido a toda a lixívia que usavam e do sabão, embora o sabão fosse muito difícil de obter. E elas estavam lavando a roupa para todo o exército. Elas estavam lavando camisas cobertas com pus, camisas manchadas de sangue e todos os lençóis do batalhão médico. Veja bem, tínhamos hospitais e os feridos estavam sobre esses lençóis. Tudo estava manchado de pus, com sangue, e elas estavam lavando tudo. Deus, você sabe, eu estava tão chateada! E eu me senti tão mal por essas meninas, me senti tão mal que ... Somente garotas estavam fazendo esse trabalho. Algum homem estava no comando, dando ordens. Talvez ele tenha sido ferido na frente e fosse um ex-soldado. E elas estavam lavando a roupa sozinhas. Eu não sei o que elas têm que comer. Todas pareciam para mim - essa era a minha única experiência, eu só encontrei isso uma vez - mas todas pareciam desbotadas. (ENGEL; POSADSKAYA, 1998, p. 196).

Após a frase icônica de que “eles trataram as mulheres injustamente na frente demuitas maneiras, muitas maneiras.” (ENGEL; POSADSKAYA, 1998, p. 196), a própria entrevistada comenta sobre o silêncio acerca destas mulheres na URSS: “E eu nunca li uma única palavra sobre essas mulheres em qualquer lugar! E alguém já questionou a situação que elas viviam? Não, nunca⁴. Você é a primeira pessoa a quem eu contei sobre isso e é minha própria experiência pessoal.” (ENGEL; POSADSKAYA, 1998, p. 196). O trabalho sujo não deveria ser mostrado na vitória – e ele era realizado por mulheres, que também não deveriam aparecer. Ademais, percebe-se que, tal como a reprodução social fora do front militar, também neste as mulheres são as responsáveis. E também nesse tais atividades são marginalizadas, ocultadas e desprezadas, em prol da atividade central, isso é, a luta. Porém, poderia haver vitória com roupas endurecidas pela sujeira e sangue?

Muito do trabalho pesado também era realizado por mulheres. As sinaleiras, aqui já citadas, tinham tarefas que demonstram que a questão do “sexo frágil” não existia na URSS - ao menos não quando era em prol do Exército e do Estado:

As sinaleiras também tiveram um trabalho muito difícil a fazer na frente. Elas tiveram que colocar sinalizadores - entendam isso, não estou falando de transportar um transmissor de rádio portátil nas costas de alguém - isso também é um trabalho árduo. Essas pessoas tinham que colocar cabos, fios, nas linhas de frente. (ENGEL; POSADSKAYA, 1998, p. 196-197).

Se é possível falar do “Estado”, pensando em políticas e propaganda, não é possível ignorar que ele é produzido por indivíduos que o representam. Para muitas atitudes, não podemos atribuir completa responsabilidade a uma instituição, mesmo sendo realizada por um representante, mas também deve-se perceber a ausência da instituição em não tentar identificar e combater certas práticas. Aqui nos referimos a algumas, como o assédio e o estupro. Se são minoritários os depoimentos que não se alinham a uma “história oficial” e são menos expressivos ainda os que falam sobre a questão feminina, são ainda mais raras as mulheres que ousam falar dessas temáticas, em especial quando o agente causador é um cidadão soviético. Nos relatos de *A Guerra não tem rosto de mulher*, algumas mulheres falam sobre os estupros das alemãs, inclusive de crianças alemães, contudo, apenas uma das mulheres fala sobre estupro dentro do próprio corpo de exército, e de forma relativamente indireta, cifrada. Há também relatos de abuso, assédio e tentativa de estupro no diário de Roza Chánina, francoatiradora que, ilegalmente, produziu um diário no front militar. Esse tipo de fonte privada de vítimas são em geral um dos únicos tipos de fontes a que podemos ter acesso, não somente na União Soviética de ontem, mas também na

Rússia de hoje.

Nesse ínterim, Vera Malákhova quebra o silêncio em seu relato – produzido *a posteriori* dos de Aleksiévitch, o que pode ajudar a explicar sua atitude – e relata que havia vários casos de assédio por parte de comandantes e comissários, relatando alguns deles:

Tínhamos um comissário que era absolutamente nojento! Ninguém nunca falasobre isso, mas eu vou lhe dizer. Uma vez ele me chamou sem aviso no meio da noite e disse: “Sente-se, precisamos conversar”. Eu respondi: “Eu vou ficar de pé”. “Não, não, não, você se senta.” Bem, eu não tenho o direito de desobedecer. Naquela época, eu ainda estava nos escalões mais baixos, e ele já era um major. Sentei-me na beira do casaco. Ele começou a se mexer para mim. Ele se aproximou cada vez mais; e de repente - bang! Ele colocou sua mão debaixo da minha saia. Eu pulei para longe e disse: “Ah, então esse é o tipo de conversa que você tinha em mente!” Sabe, isso me deixou tão indignada. Eu lembro, comecei a tremer. Em circunstâncias normais, eu simplesmente teria dado um tapa na cara dele. Mas isso era impossível nessa situação; eu não conseguia dar um tapa na cara de homem que me era superior. Ele não perdeu a compostura. “Eu só queria testar você” - ele disse. Eu respondi: “Quer saber, você pode testar sua própria esposa e verificar ela. Mas você não tem motivos para fazer isso comigo! Depois, ele realmente veio para cima de mim! (ENGEL; POSADSKAYA, 1998, p. 187).

Percebe-se, no relato, que o assediador não demonstra pudor em realizar o ato. No entanto – ao menos pelo que narra Vera – ela resiste. Essa resistência não é maior, segundo ela, já que ele era seu superior em termos militares, o que de fato agrava ainda mais um nível de hierarquia às já existentes, como o fato de ele ser homem e mais velho. Pode-se refletir que Vera, que estava em uma posição inferior, porém superior a tantas outras mulheres, e conseguiu revidar – e ele respondeu com constrangimento e fingimento, e não com agressão –, porém o mesmo certamente pode não ter ocorrido com diversas outras assediadas, que estavam em posições ainda mais inferiores que Vera, issoé, não apenas no campo militar, como no social – como lavadeiras e sinalleiras. Ademais, Malákhova interrompe seu relato sem deixar claro o que teria acontecido após a última frase, quando ele “realmente foi para cima dela”, cabendo interpretação.

Vera relata, ainda, um segundo caso ocorrido com ela. Nesse, fala como se já fosse conhecido das meninas do front o fato de o homem ser um assediador, o que demonstra a verbalização disso entre elas – também aqui há um ato de defesa e resistência: “Esse tipo de coisa aconteceu comigo duas vezes. Também aconteceu com o comandante de um regimento. Eu também o cortei, por assim dizer. Mas fui avisada que esse comandante sempre enviava mulheres que eram recém-chegadas ao regimento.” (ENGEL; POSADSKAYA, 1998, p. 187). A seguir, Vera narra uma conversa com sua amiga Lida, a quem o comandante também tentou assediar:

Vera Ivánovna, eu não sou como você; eu simplesmente o amaldiçoarei. “Ela tinha uma boca suja!” Eu disse: “Lida, não.” Ela era jovem. Ela fumava e enrolava seus próprios cigarros. Ele a convocou. Mais tarde ela voltou, terrivelmente agitada e branca como um lençol, e ela disse: “Eu o amaldiçoei. Ele teve a coragem de propor que moremos juntos⁵.” (ENGEL; POSADSKAYA, 1998, p. 187).

Como se vê, é narrado mais um caso de assédio com resistência da vítima. Temos que considerar, claro, que, dada a dificuldade da temática, nem tudo é dito e algumas coisas podem ser disfarçadas, mas é mais improvável a invenção desses casos – justo porque quase nenhuma mulher quer deles falar. Apesar de haver apenas um relato de estupro por parte dos soviéticos no livro de Aleksiévitch, a autora relata que, anos após a entrevista, algumas mulheres ligavam e escreviam dizendo que “não tinham contado tudo” e o queriam fazer.

Malákhova conta também sobre um caso que teve punição por parte do governo:

Tínhamos acabado de chegar a Stalingrado, e Krasnov, comandante da companhia médica, fez uma coisa tão repulsiva, fez um truque tão sujo. Ele era muito bonito, mas era tão cruel que ninguém o suportava. Aqui está o que ele fez em Stalingrado: ele tinha sabido que as meninas planejavam se lavar e ele levou um monte de granadas. Todo mundo tinha que cavar seu próprio banco de areia, com medo de levantar a cabeça por causa do bombardeio. Todo mundo, ou seja, o grupo avançado do nosso batalhão médico. Ele pegou um monte de granadas, sabia que as meninas estavam se lavando. Bem, e como elas poderiam se lavar em um abrigo? Elas tiveram que usar bacias - pelo menos elas poderiam se livrar dos piolhos. Bem, você mesmo entende que talvez elas possam se lavar, pelo menos lavar suas partes íntimas. Ele jogou as granadas perto da porta do abrigo e gritou: “Ataque aéreo!” Todo mundo sabia que a cada abrigo havia trincheiras para se abrigar. As meninas saltaram completamente nuas, porque estavam se lavando. A notícia do que ele fez chegou à seção política da divisão. Agora, tivemos um comissário incrível; ele era uma pessoa incrível. Na verdade, ele foi o único trabalhador político que eu já respeitei. Esse negócio foi relatado a ele e Krasnov foi enviado para um batalhão de punição. E o batalhão - bem, isso foi a morte certa. (ENGEL; POSADSKAYA, 1998, p. 187).

O destino de Krasnov foi um batalhão de punição, batalhão especial de infantaria que servia para punir quem houvesse cometido erros, expiando “a culpa com sangue” – em geral, o próprio sangue, já que eram operações perigosas e das quais era praticamente impossível sair vivo (ENGEL; POSADSKAYA, 1998, p. 205). Malákhova coloca como se o comissário tivesse sido responsável por tratar a questão com seriedade. Ainda que assim não fosse, havia ali outras questões além do assédio, dignas de punição para os soldados soviéticos, como a falta de postura, a quebra de regras, além da questão moral em relação às mulheres (que culturalmente eram representadas como irmãzinhas ou mesmo santas). Mesmo considerando tudo isso, é inegável que o Estado Soviético deu importância máxima a um caso que, em diversos outros lugares e tempos, poderia ser considerado uma brincadeira ingênua.

Corroborando a ideia de que a hierarquia militar associava-se ao machismo – e que quanto maior a patente, mais legítimo parecia o poder do homem – Malákhova cita que “os soldados, os sargentos, eram melhores nesse aspecto [respeito] do que os oficiais. Os oficiais se sentiriam superiores. Eles poderiam “convencer” as mulheres a terem relações íntimas com eles.” (ENGEL; POSADSKAYA, 1998, p. 189). Seu “convencer” entre aspas poderia demonstrar que não se acreditava muito que as mulheres tinhham desejo próprio, mas, por outro, considerando o contexto de fala – sobre os homens hierarquicamente superiores – mostra também que as mulheres poderiam ter mais motivos que o desejo para ter relações sexuais e, além disso, que elas poderiam sentir-se pressionadas a tê-las, ainda que não desejassem, fossem “esposas de campo” ou parceiras não fixas. Malákhova capta, assim, o sutil caráter do capital sexual e da correlação de forças presente no front. Esse poder sutil, segundo mostra a fala de Malákhova, seria mais usado que formas mais diretas e físicas de assédio: “Não sei de nenhuma situação em que algum homem tenha sido desavergonhado, forçado suas atenções para uma mulher, não. Eu já te contei como o comandante do regimento me chamou e depois Lida, e como Lida o amaldiçoou.” (ENGEL; POSADSKAYA, 1998, p. 189). Ou seja, se considerarmos a fala da entrevistada, entende-se que estava na obviedade do contexto que as mulheres possivelmente resistiriam ao assédio – e resistiriam ainda mais se esse fosse feito de forma direta. Como se sabe, não é possível afirmar isso cabalmente – mesmo nos dias de hoje.

Apesar da autocensura, Malákhova critica a postura das esposas de campo, tendo por base as mulheres com quem conviveu:

Nós não gostamos delas. Estávamos em pé, nos comportamos com honra, não como as ECCs [Esposa de Campo e Campanha]. Elas têm privilégios especiais. Estávamos todos na infantaria. Nós teríamos que marchar de 35 a 40 quilômetros à noite, enquanto elas eram transportadas a cavalo. Cada comandante regimental tinha seus próprios cavalos e carruagem, depois até seus próprios veículos. Enquanto nós, enfileiradas, tivemos que marchar a pé. (ENGEL; POSADSKAYA, 1998, p. 197).

É pouco provável, de fato, um ambiente saudável nessas condições. Com a atitude dos militares, acabava-se criando um cenário de “mulheres contra mulheres”, no sentido inclusive de elas competirem entre si pelos homens mais poderosos – o que dava uma camada a mais de poder a eles – e também de “mulheres contra todos”, em especial os de mais baixa patente – o que possivelmente aumentava a misoginia. Repara-se, ainda, a diferença entre hierarquias e privilégios aí embutidos – hierarquias que, por sua vez, estão diretamente relacionadas ao gênero, sendo os militares de alto cargo nesse caso todos homens.

No entanto, se olharmos pelo lado da “esposa de campo”, percebe-se que embora seja

uma escolha sua obter esse status – não podemos, afinal, assujeitar as mulheres como já fez parte da historiografia e dos estudos de gênero – a opção poderia representar para muitas delas a única escolha. É o que vemos, por exemplo, no relato de uma mulher – Sófia “K-vitch” (ela não autorizou o uso do sobrenome completo), enfermeira-instrutora, que se apresentava como esposa de campo e que justifica a escolha, sem nenhuma romantização, depois de indicar que havia sido estuprada antes de fazer tal escolha:

Você me pergunta sobre o amor? Não tenho medo de dizer a verdade... Eu era ECC, decifrando, ‘esposa de campo e campanha’. Esposa de guerra. A segunda. Ilégitima. Era o primeiro comandante do batalhão... Eu não o amava. Era uma boa pessoa, mas eu não o amava. Fui para o abrigo de terra com ele uns meses depois. Onde ia me meter? Só havia homens à minha volta, melhor viver com um do que ter medo de todos. Nas batalhas não era tão terrível quanto depois, principalmente nos momentos de descanso, quando recuávamos para a reorganização. Quando estavam atirando, fogo aberto, eles te chamavam: ‘Irmãzinha! Irmãzinha!’, mas depois da batalha todos ficavam espreitando... À noite, não tinha como sair do abrigo... Outras meninas falaram disso, ou não admitiram? Acho que ficaram com vergonha... Ficaram caladas... Que orgulhosas! Tinha de tudo, porque a gente não queria morrer. É uma pena morrer quando você é jovem... E para os homens é difícil passar quatro anos sem uma mulher... No nosso Exército não havia bordéis e também não davam pílulas⁶. Talvez em outros lugares cuidassem disso. Conosco, não. Quatro anos... Só os comandantes podiam se permitir algo, mas um soldado simples, não. Disciplina. Mas não se fala disso... Não é bem-aceito. Não... Eu, por exemplo, era a única mulher do batalhão, vivia no abrigo de terra comum. Junto com os homens. Separaram um lugar para mim, mas que separação podia ter? O abrigo todo tinha seis metros. De noite, acordava agitando os braços, batia na cara de um, nos braços de outro. Me feriram, fui para o hospital e lá ficava agitando as mãos. A enfermeira me despertava de noite: ‘O que você tem?’. Para quem eu ia contar? (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 4136).

Ademais, tal como uma esposa fora do campo, elas deveriam realizar outras tarefas para o militar, que não somente a sexual, demonstrando que a obrigação da reprodução social ia junto ao corpo da mulher ao front:

A propósito, Batiuk era um homem excelente, mas tinha um ECC cuja nome era Anka Móskova. Deva admitir que ela era uma excelente operadora enfermeira, excelente! Mas se ele a convocasse, ela largaria tudo, e outros teriam que fazer o trabalho dela. Enquanto isso ela ia lavar e engomar toda a roupa dele, ela cuidaria de todas as suas necessidades, por assim dizer. E todomundo sabia disso. (ENGEL; POSADSKAYA, 1998, p. 197).

Malákhova continua sua crítica à Moskova, dizendo

E quando ele morreu, ela imediatamente começou a viver com o cabeça da “seção especial” [polícia secreta do exército]. E todo mundo começou a odiar ela! Você já teve um relacionamento. Bem, tudo bem, foi com o comandante da divisão. Como Batiuk era um bom comandante, nós ignoramos. Mas que tipo de pessoa você é? Você estava

apaixonada, você estava apaixonada, mas então que? O corpo nem teve tempo de esfriar, e ela já estava vivendo com outra pessoa? (ENGEL; POSADSKAYA, 1998, p. 197).

Se, a esse depoimento, confrontarmos o de Sófia “K-Vítch” pode-se tecer uma motivação possível para o fato de Moskova não querer ou poder ficar sequer um breve tempo sem um outro militar. O front não era um lugar seguro para as mulheres – e não apenas pelos inimigos externos: em muitos casos, a camaradagem acabava à hora de dormir. Acreditamos que parte da autoridade que os homens tinham para fazer isso é reiterada pela imagem que fizeram deles depois – imagem essa que faz, mesmo décadas depois (seja na obra de Aleksiévich, na de Engel e Posadskaia ou na Rússia de Putin) tais atos serem silenciados, jogados por completo para fora da história.

Se, durante a guerra, as mulheres sofreram consideravelmente pela desigualdade, o Estado Soviético também não fez sua mea-culpa no imediato pós-guerra. Ao contrário, demorou anos para fazê-lo, tendo as combatentes destinos bem diferentes dos soldados homens em sua vida após os confrontos. Como colocam Engel e Posadskaya:

Os homens que sobreviveram ao terrível número de guerras tiveram virtualmente uma mobilidade social ascendente garantida, especialmente se ingressassem no Partido Comunista, enquanto as mulheres, com poucas exceções, permaneceram estacionárias. Mais doloroso de tudo, logo após a guerra, foram celebrados os heróis do sexo masculino, com apenas algumas exceções femininas (...). Não eram apenas as mulheres, contribuições militares foram amplamente apagadas, mas, como Malákhova nos diz, a promiscuidade era frequentemente imputada àquelas que serviam na frente. Civis às vezes se referem a essas mulheres como “esposas de campanha de campo” e “Prostitutas”. Depois que a guerra terminou, as mulheres que serviram na frente deveriam esquecer a experiência, tirar seus uniformes e botas, vestir vestidos e sapatos de salto alto, casar e ter filhos. Muitos ocultaram sua experiência de guerra na esperança de encontrar um marido, embora a devastação da guerra tornou isso muito difícil. (ENGEL; POSADSKAYA, 1998, p. 178).

De todo o material analisado por nós, se há uma característica que quase sempre se repete é o desprezo e o preconceito narrado pelas mulheres acerca de seu estado como ex-combatente. Isso se relaciona especialmente a dois vieses: um mais explícito, sempre citado pelas veteranas – o sexual; e outro mais sutil, relativo ao lugar das mulheres na sociedade.

Quanto ao primeiro, ele é sempre exposto nos relatos para justificar o preconceito. Como inferem Engel e Posadskaya,

Na cultura social soviética pudica, a existência de relacionamentos amorosos na frente danificou a reputação das mulheres que lá serviam. Apesar de extraordinárias conquistas das mulheres, suas coleções de medalhas e prêmios por bravura e ação heroica sob fogo, depois que a guerra terminou, a opinião popular na União Soviética insistiu em estereotipar as mulheres que serviram na frente como sexualmente “soltas” [loose]. (ENGEL; POSADSKAYA, 1998, p. 179).

A co-autora do livro, Anastassia Posadskaya, nascida na URSS na década de 1950, lembra que mesmo na sua época, tal reputação negativa ainda era reservada às mulheres. Por isso, muitas das ex-combatentes não gostavam de exibir suas medalhas – e Malákhova era também uma dessas: “Eu não gostava de me mostrar [com medalhas]” (...) “porque muitas pessoas pensavam que eu era uma espécie de 'P' [prostituta] da linhade frente” (ENGEL; POSADSKAYA, 1998, p. 179).

Aqui vemos uma tripla questão: primeiro, a total privação de liberdade sobre os seus próprios corpos. Isso era o esperado em uma sociedade ainda religiosa e de cultura tradicional. Mesmo à época das Revoluções Russas, não foi realizado amplo esforço por parte do Estado em relação à liberdade sexual e à posse do corpo pela mulher, embora, na prática, muitas ações em torno dessa liberdade ocorreram – o aborto, por exemplo, foi desriminalizado, mas não pelo direito da mulher ao seu corpo (embora essa ideia já existisse), e sim por ser considerado um mal menor, já que as mulheres morriam fazendo aborto ilegal. No período da década de 1930 e da Guerra, houve um fechamento e o conservadorismo era a moral cotidiana. A resposta à questão feminina passa a ser a retirada do poder das mãos das mulheres (por exemplo, liquidando-se o Departamento de Mulheres, Jenotdel) e revertendo conquistas em prol da emancipação feminina, a partir do Código do Casamento de 1936 – como dificultações do divórcio, recriminalização da homossexualidade e do aborto, etc. Isso pode colaborar a explicar o porquê de, no pós-guerra, a vida de muitas dessas ex- combatentes ter sido tão difícil no sentido de escapar da opressão, de esconder-se, de esconder suas glórias.

A prática de esconder – o corpo, o rosto, as ideias – é historicamente reservada às mulheres. Os homens, ao contrário, detêm a exposição. Também é assim no militarismo soviético – os homens expondo a si, suas conquistas, medalhas, poder, e as mulheres tendo que se esconder para não sofrer retaliações.

Figura 2: Vera Malákhova, 1994, com suas medalhas



Fonte: ENGEL; POSADSKAYA (1998, p. 176).

Se consideramos que esses “troféus” simbolizam poder, garra, heroísmo e mesmo violência (ainda que para o bem da nação), e se considerarmos que esses aspectos são historicamente reconhecidos como masculinos, percebe-se que não é somente a questão sexual que faz o pós-guerra das combatentes diferentes do dos homens. Durante a Guerra, o foco no inimigo e na vitória de fato fazia as relações de poder entre homens e mulheres por vezes parecem secundárias ao contexto geral – como relatam diversas ex-combatentes na obra de Aleksiévitch, que diziam que os soldados as tratavam muito bem ao menos durante as batalhas no front. Além disso, no campo de batalha não havia contato com a população que não foi à Guerra. Quando ocorre esse choque, em um contexto em que a Vitória já está conquistada e a tensão já se dissipou, os velhos preconceitos começam a se explicitar de forma direta, porque mesmo no século XX, uma mulher ir à guerra, lutar, pegar em armas, é algo que não se encaixa na sociedade pudica ou machista soviética, que buscava mães perfeitas para ter muitos filhos – e em nenhuma sociedade da época.

A ferida aberta não diz respeito somente ao contraste entre as antigas tradições do povo e a nova realidade – um novo gênero no campo de batalha, a lutar. Diz respeito também à longa

duração, isso é, à reiteração dessas antigas tradições por parte do Estado estruturas as quais são, conforme Braudel (1965, p. 268), obstáculos, mas também sustentáculos de certos quadros mentais – mesmo quando a nova realidade já surgiu. Os discursos estatais, tal como cartazes soviéticos, marginalizaram a representação feminina da guerreira em prol da representação da vítima mesmo quando existiram combatentes heroicas. Se um novo dado da realidade é recoberto por antigas ideologias, o resultado é, então, a exclusão desses sujeitos da sociedade.

Essa exclusão se deu de diversas formas. A exclusão militar, já citada, na ocultação da participação; a exclusão romântica – várias ex-combatentes argumentam que, caso revelassem seu passado, os homens não iriam querê-las. Algumas dizem que a própria aparência já demonstrava que haviam combatido; a exclusão financeira, relativa, primeiramente, às oportunidades de empregos serem menores, por exemplo, do que das meninas que ficaram e estudaram, obtendo experiência profissional. Em segundo lugar, relativa à moradia – muitas relatam viver em condições ruins, tal como Malákhova, que vivia em um apartamento muito pequeno e desistiu de conseguir o apartamento para veteranos, pois, depois de estar no número 19 da fila de espera e “misteriosamente” retrocedeu ao número noventa, demonstrando certa marginalização quanto às vidas das veteranas.

Malákhova, ao ser uma veterana médica, todavia ainda era chamada para algumas comemorações e citada por vezes no jornal. Em 1967, por exemplo, quando o Estado ergueu um monumento em Stalingrado – batalha da qual Malákhova participou – ela foi convidada de honra na inauguração. Acontecia também de, quando da celebração anual da Vitória, chamarem-na para alguma entrevista ou reportagem. O problema, para Vera, é que em geral apenas citavam suas medalhas e onde ela lutou, não saindo da história oficial para entrar na real. No período em que ela deu a entrevista para Engel e Posadskaya, na década de 1990, a situação era outra. Mas no período posterior, a situação mudou e o culto higienizado da Segunda Guerra Mundial foi atacado. Malákhova sentia-se profundamente ofendida pela difamação popular da experiência de guerra, reclamando que “agora eles cospem em nós, em todos os veteranos” (ENGEL; POSADSKAYA, 1998, p.178). Considerando a publicação do livro em 1998, Malákhova possivelmente se refere ao processo de condenação de tudo o que era soviético, em especial após a vitória do liberal Borís Ieltsin (1991-1999), que “foi causa e efeito de uma guinada também na opinião pública” quanto à memória da URSS (CANARY, 2017, p.67). Como apontam Engel e Posadskaya, porém, o mesmo fato resultou também em uma maior liberdade – motivo pelo qual Malákhova conseguiu contar a “sua versão” da Guerra (ENGEL; POSADSKAYA, 1998, p. 178).

A partir da desestalinização, iniciada por Khruschiov em 1956, três anos após a morte de

Stálin, no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, quando esse ataca o culto à personalidade, inicia-se um processo de degelo. Esse, ainda que limitado, possibilitou interpretações para além da versão canônica oficial em publicações legalizadas (SEGRILLO, 2012, p.86). Após, com a progressiva abertura da URSS e a abertura dos arquivos depois da queda, acompanhadas de um olhar historiográfico volta do para o cultural e feminino, foram expostos ou mesmo publicados diversos diários e memórias das mulheres que colaboraram visibilizar esses sujeitos femininos, por vezes marginalizados em vida, por vezes marginalizados na história.

No entanto, desde fins da década de 1990, com o fim do mandato de Iéltsin e a ascensão de Vladímir Putin – confirmado como primeiro-ministro pela Duma em agosto de 1999 e eleito presidente em março de 2000 (SEGRILLO, 2014, p.251) – que a guerra da memória (como a batalha ideológica é chamada na Rússia) entra em uma nova fase, caracterizada por Henrique Canary como “nostalgia soviética” (CANARY, 2017, p.67). Diz Svetlana Aleksiévitch sobre esse processo, em seu livro “O fim do homem soviético”:

Há um novo apelo pela União Soviética. Pelo culto a Stálin. Metade dos jovens de dezenove a trinta anos considera Stálin “um grande político”. Num país em que Stálin aniquilou mais pessoas do que Hitler, um novo culto a Stálin?! Tudo que é soviético está de novo na moda. Por exemplo, os cafés “soviéticos”, com nomes soviéticos e comida soviética. (...) Ideias antiquadas estão de volta: do Grande Império, da “mão de ferro”, do “caminho peculiar da Rússia”... Restituíram o hino soviético, existe um Komsomol, só que ele se chama Náchié, existe o partido do poder, que copia o partido comunista. O presidente tem o mesmo poder do secretário-geral. Absoluto. Em vez do marxismo-leninismo, a Igreja ortodoxa (ALEKSIÉVITCH, 2016, p.29).

A nostalgia soviética não seria apenas uma moda, mas uma parte de política do Estado, a fim de promover o patriotismo, a partir de um giro conservador à direita (CANARY, 2017, p.78). Com isso, escolhe-se a parte principal da história soviética que legitimaria esse processo – que não seria, é claro, a revolução, mas a GGP. Canary analisa que

Essa visão do passado russo como um terreno não passível de discussão se expressa com maior intensidade na questão do papel da Rússia na Segunda Guerra Mundial. A TV, o cinema e as prateleiras das livrarias russas estão repletas de filmes, programas e livros sobre a guerra, mas não se trata, com raras exceções, de qualquer debate ou abordagem crítica, mas sim da criação de vínculos emocionais com o período. Jamais a reflexão racional. Segundo Ushakin, (...) É claro que, diante de uma tal relação com a guerra (e com a história em geral), toda crítica ou compreensão alternativa do passado será desqualificada como não-russa, não-patriótica, e condenada em nome da preservação da herança cultural comum. (CANARY, 2017, p. 77).

Percebe-se, dessa forma, que a GGP comemorada sob Putin dá tanto espaço para as

tragédias reais e frequentes de mulheres no front militar quanto a versão de que é herdeira, de Stálín. A GGP passa – ou volta – a ser considerada na Rússia um tema sagrado, do qual não se pode analisar tópicos-tabu ou considerados difamatórios, sem correr riscos de perseguição, pois isso significaria desconsiderar os méritos soviéticos, afetando a Rússia atual. E isso inclui as dificuldades, violências e exclusões das mulheres – as quais não tiveram a igualdade de fato para com os homens nem no front militar e nem no pós-guerra, seja na concretude, seja na representação. Cabe, assim, à pesquisa acadêmica, inclusive estrangeira, tentar recuperar essa memória crítica.

Referências:

- ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A Guerra Não Tem Rosto de Mulher**. Tradução de Cecília Rosas. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **O Fim do Homem Soviético**. Tradução de Cecília Rosas. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: A Longa Duração. In: BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- CANARY, Henrique. Back in the USSR? Nostalgia soviética na Rússia contemporânea. **Rus.** v.8, n.10, dez.2017.
- ENGEL, Barbara Alpern; POSADSKAYA-VANDERBECK, Anastasia. **A Revolution of Their Own: Voices of Women in Soviet History**. Boulder: Westview Press, 1998.
- KOLLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual [1918]**. Rio de Janeiro: Global, 1978.
- MARKWICK, Roger; CARDONA, Euridice. **Soviet Women on the Frontline in the Second World War**. Palgrave Macmillan, 2012.
- SEGRILLO, Angelo. **Os russos**. São Paulo: Contexto, 2012
- SEGRILLO, Angelo. **De Gorbachev a Putin**: a saga da Rússia do socialismo ao capitalismo. Curitiba: Prismas, 2014.
- SENNA, Thaiz Carvalho. **O Jenotdel e a questão feminina na Rússia revolucionária**. 2016; Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

Notas:

¹ Doutora em História Contemporânea pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente, leciona em escolas públicas do estado do Rio de Janeiro. Email: thaizsenna@gmail.com / Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7752-4281>

² A tentativa de emancipação feminina se deu, sobretudo, até 1930 (defendo essa tese em minha dissertação de mestrado - SENNA, 2016). Ela foi realizada pelo Estado, pelas mulheres e pelo Jenotdel, o departamento de mulheres trabalhadoras e camponesas do Partido Bolchevique. Embora tenha ocorrido posteriormente o movimento conservador promovido pelo governo stalinista, que liquida parte

considerável dos direitos e projetos conquistados pelas revolucionárias (incluindo o próprio Jenotdel), defendo que se manteve um paradigma da igualdade. Esse possibilitou, assim, que em representações soviéticas de vários tipos, inclusive no período da Grande Guerra Patriótica (GGP), as mulheres ocupassem lugares de sujeito e protagonismo, ainda que menos coletivamente que antes.

³ Essa aplicação à URSS tem, é claro, suas especificidades. A de maior destaque foi que, pela primeira vez na história moderna, uma tentativa de socialização do trabalho reprodutivo tenha existido como parte do projeto estatal de emancipação feminina executado pelo governo revolucionário russo (comentado mais à frente).

⁴ Há o depoimento de uma lavadeira em ALEKSIÉVITCH (2016). No mais, é de fato difícil saber sobre elas e, ainda mais, ouvir suas vozes.

⁵ “to propose we live together”, no original. Nesse caso, é provável que a mulher esteja se referindo à coabitAÇÃO no próprio front, que, embora proibida pelas normas militares, era realizada não apenas por casais de livre vontade, mas também no caso das chamadas ECC.

⁶ No original russo, a palavra é таблеток, que pode se referir a pílula ou comprimido de qualquer tipo. Pelo contexto, porém, a narradora parece falar de pílulas anticoncepcionais. Se for o caso, considerando que essas foram inventadas posteriormente, após a segunda metade do século XX, ela pode ter se confundido.